

A Maestrina: Representações do Poder em TÁR (2022)¹

Eduardo Gomes²

Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, PR

Murilo de Castro³

Universidade Estadual do Paraná / Faculdade de Artes do Paraná (Unespar / FAP),
Curitiba, PR

RESUMO

Quão representativo pode ser Poder e suas estruturas? Através do filme TÁR (2022), nos conhecemos a maestrina Lydia TÁR, uma estória de "superação" de quem conseguiu adentrar nos ambientes nos quais minorias sociais dificilmente atingem. Entretanto, a manutenção do poder requer mais do que sacrifícios. Este artigo pretende analisar como o filme de Todd Field não só representa as nuances do poder, como analisar como a personagem título apresenta ambiguidades autoritárias na arena dos discursos de cancelamento, onde tais contradições são inconciliáveis.

PALAVRAS-CHAVE: Tár; Todd Field; Totalitarismo; Violência; Cinema.

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho (GT) Memórias e Identidades nas Audiovisualidades, evento integrante da programação do 23º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 13 a 15 de junho de 2024.

² Mestrando em Comunicação e Política (PPGCOM - UFPR); Bacharel em Ciências Sociais (UFPR).
E-mail: gomesdudis@gmail.com

³ Mestrando em Cinema e Artes do Vídeo (PPG-CINEAV – Unespar / FAP); Membro do Grupo de Pesquisa Eikos (Unespar/PPG-CINEAV/CNPq); Sócio da Sociedade Brasileira de Estudos de Cinema e Audiovisual (SOCINE); Integrante do Coletivo Cine-Fórum. E-mail:
murilo.castro@estudante.unespar.edu.br / ilyich.murilo@gmail.com

INTRODUÇÃO: TÁR POR TÁR

Este artigo aborda a construção da personagem ficcional Lydia Tár, vivida por Cate Blanchet no filme TÁR (Todd Field, 2022) e refletir acerca de sua representatividade como símbolo de Poder disruptivo: uma mulher, LGBTQ+ na posição de protagonismo meio majoritariamente masculinizado da música erudita, centralizado no alto conservatório da filarmônica de Berlim. A partir da revisão de literatura sobre Imagem e poder, acredito poder agregar no debate da linha tênue da imagem e comunicação política, bem como limites da interpretação política.

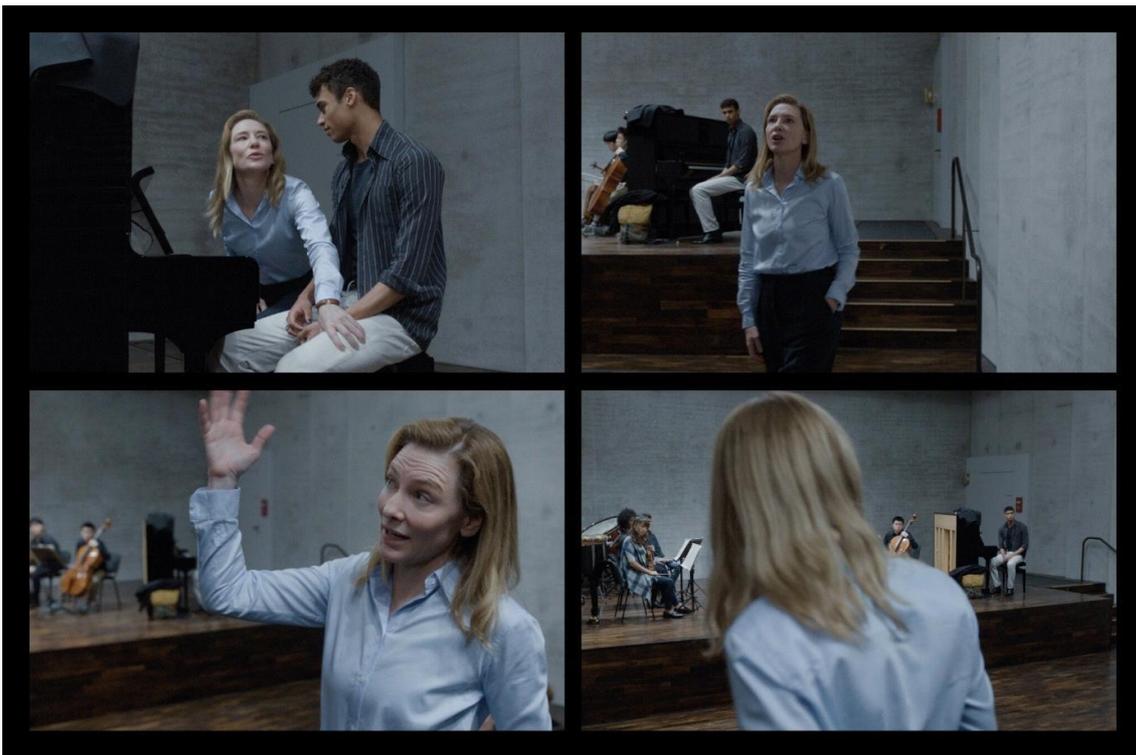
Após o lançamento do filme de Todd Field, nos Estados Unidos, no verão americano, o filme se tornou, rapidamente, uma sensação nas plataformas X (Antigo Twitter). Alguns usuários elencaram, em seus perfis, supostos feitos notórios na carreira da musicista Tár, demonstrando sua relevância (Menta, 2023). O portal Variety (2023) esclarece os motivos que fazem muitos dos espectadores acreditarem se tratar de um filme autobiográfico, subgênero do cinema popular e reconhecido como obras com reconhecimento no meio de premiações hollywoodianas. A estrutura do filme de Field reconhece essa tendência e, nos 20 minutos iniciais, apresenta ao público uma entrevista extensa onde a biografia da personagem é apresentada, levando a crer, de fato, ser uma personalidade crível.

Para Chaia (2020), o culto ao personalismo justifica essa curiosidade, contribuindo para a exaltação dessas figuras como sobre-humanas e inspiradoras, acima de qualquer suspeita. Bazin (2016) nos fornece que a aproximação autêntica entre a relação do real e espacial, mesmo que de maneira simbólica, tornam a narrativa mais envolvente.

Ao longo do filme, Lydia leciona em *Juilliard School*, um dos principais conservatórios de música. Um aluno não binário e não branco, se opõe em tocar autores clássicos, como Bach, por representarem um status quo: homens brancos, heterossexuais e cisgênero. A musicista tenta rebatê-lo, alegando julgar tais critérios de julgar a arte de um músico dá a liberdade dos outros o julgarem por quem ele se apresenta, não por seu trabalho. A partir desse conflito, Tár começa uma espiral de autodestruição, onde é revelado inúmeros assédios morais e sexuais, culminando no suicídio de uma antiga música que se envolveu com a compositora. O uso de um plano sequência, representado na figura 1, acompanha a aula, proporciona um caráter realista, preservando a integridade dos acontecimentos no tempo e espaço delimitado (Bazin, 2014). O *contra-plongée*

demonstra ideia de superioridade moral, obliterando o aluno, que não só fica fora de foco, como é ofuscado pela mão da personagem, demonstrando seu pleno controle sobre aquele ambiente. Tal enquadramento representa a estrutura de poder no qual Tár representa. Por estrutura de poder, reconhecer um sistema hierarquizado (Perissinotto, 2007), no qual se impõe uma padronização social, embora o filme e roteiro de Field colocam em perspectiva esse sistema, ao se tratar de uma mulher, lésbica, em posição de confrontação dessa estrutura patriarcal. A figura 2 reforça a ideia de autoridade, proposta no uso de *contre-plongée*, no qual a maestra é vista regendo com total domínio a orquestra, em imagem utilizada também na promoção do filme. Aqui, a ideia de autoridade vai além: Ela não simplesmente rege a orquestra, ela é a orquestra.

Figura 1: Cena aula de Tár.



Fonte: TÁR, Todd Field, 2022.

Eble e Behling (2015) abordam como tais recursos audiovisuais são codificados para passar a ideia de autoridade. Tár também representa um poder colonizador, no qual seu trabalho de maior notoriedade se deu na imersão em comunidades indígenas na

Amazônia peruana, se aproximando de povos originários em benefício próprio. O poder simbólico, segundo Bourdieu (1989) é, essencialmente, um poder de construção de realidade. Essa representação do poder, centralizado na figura de Lydia Tár, afirma o sentido imediato do mundo, instituindo valores, hierarquias e conceitos a serem defendidos - ou mesmo refutados- através da linguagem. Após o declínio de Tár, o filme apresenta a verdadeira face da personagem: alguém de origem simples, que se reconectar consigo ao ser “expelida” daquela hierarquia social, reconhecendo a música como fio condutor para significar sua existência. Esse declínio e reconexão com a verdadeira “Tár” se deve como o poder simbólico “faz ver e faz crer”, transformando a visão e a ação dos agentes sociais sobre o mundo – e desse modo, o mundo. É um poder “[...] quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica) e só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário [...]” (Bourdieu, 1989, pag. 14). Ou seja, diante de um meio reconhecidamente cheio de abusos, podemos reconhecer que a personagem se “adequou” ao meio aderindo ao status quo.

Figura 2: Tár regendo a orquestra



Fonte: TÁR, Todd Field, 2022

SOBRE CANCELAMENTO

A literatura sobre o fenômeno, majoritariamente digital, da cultura do cancelamento se baseia no linchamento dos mais diversos atores, seja por questões ideológicas ou meramente banais (Rocha e José, 2021). Brasileiro e Azevedo (2020) detecta um movimento em torno do discurso de ódio e de uma cultura de ódio, encobertos pelo suposto humor, mas com intencionalidade de desconstrução do “alvo”. Nesse sentido, os memes parecem estar a serviço dessa prática discursiva, sendo colocados como motor do cancelamento (Inocêncio e Rebouças, 2021). Kellner (2001) aborda que a cultura midiática, através de sons e imagens, auxilia na construção do cotidiano, pois ela modela opiniões e comportamentos sociais para que as pessoas possam criar sua própria identidade. Através das redes sociais, há construção de laços sociais, ainda que virtuais, podendo ser motivados em cadeia em favor de determinada causa, reivindicação ou mesmo linchamento (Recuero, 2009).

Rocha e José (2021) definem o cancelamento como a manifestação do ódio, na forma de linchamento virtual, baseada num juízo moral, numa determinada, suposta, “boa causa”. Esse fenômeno é baseado na ação afetiva, não racional. Ao longo do início da cadência da personagem Lydia Tár, ela se encontra com um antigo e renomado musicista que compara “o momento atual”, fazendo alusão às manifestações do Mee Too, que ganhou visibilidade graças as redes sociais através da hashtag #MeeToo (Silva e Honda, 2020), com os que ele viveu durante o fim da segunda guerra mundial, no qual houve um processo histórico de “desnazificação” da Alemanha. Lydia, espantada, chega a perguntar se ele está comparando o ato de ser nazista com o mau comportamento profissional. O diálogo em questão sintetiza a questão da banalização de temas relevantes, em meio a um debate baseado puramente no ódio. O conceito de banalização do mal (Arendt, 1999) se estrutura na ausência de pensamento crítico, ao acatar as ordens burocráticas da estrutura vigente, sem refletir acerca de sua ação. Carvalho (2014) atualiza o conceito para arenas contemporâneas, identificando como um fenômeno coletivo, político estruturado culturalmente e pelo comportamento dos indivíduos.

Gomes (2020) nos fornece que para haver cancelamento, é preciso haver um grupo social engajado e unido em torno de uma pauta social, política, cultural ou ideológica, onde tudo que divirja ou conteste a pauta hegemônica é vista com os mais

amplios deméritos, esvaziando debates qualificados. O cancelamento se estruturou na visão deturpada de liberdade de expressão, onde a defesa de supostos valores hegemônicos se sobrepõe a própria humanidade dos “cancelados” (Rodrigues, 2020). Vale ressaltar, o surgimento desse fenômeno nada tem a ver com ódio – pelo contrário. A origem desse movimento tratou-se de visibilizar às demandas sociais, esse movimento tornou-se uma forma de realização de justiça social, de ataque a sujeitos ou grupos de pessoas que cometeram um erro socialmente inaceitável, denunciando para que estes respondessem as alegações judicialmente, não virtualmente (Siqueira e Vieira, 2022). A representação do “cancelamento” de Lydia Tár, sendo substituída por outro maestro, igualmente sórdido, mostra um “sacrifício” para opinião pública, entretanto mantendo – e até mesmo piorando – sua estrutura nociva.

TOTAL-AUTORITARISMO: ŽIŽEK E LOSURDO EM UM ‘ANTI-ARENDT’

O “ser” arendtiano do totalitarismo tropeçou por diversas vezes desde 1951. Na primeira publicação de *As Origens do Totalitarismo*, o debate sobre o conceito ainda era uma criança que não tinha atingido o desenvolvimento cognitivo. Logo, a definição do termo ainda estava longe da possibilidade de uma segurança basal, era como um labirinto (Losurdo, 2003). Tão porosa e frágil como um pedaço de isopor, a *teoria da ferradura* transpassou o discurso conservador de Arendt e bem-fez para o bloco ocidental durante a Guerra Fria. O espantinho de um dito “stalinismo” toma força na obra da autora durante o terceiro e último capítulo, todavia, se joga em contradições com os dois momentos anteriores.

Ora, em qual momento a extensão multicultural soviética de Lênin, Rykov e Stálin toca o racismo empregado pelos nazistas que a própria autora bem explicitou no primeiro capítulo? Os bolcheviques, ao sangrarem toda a família Romanov, pondo fim à dinastia, asseguram uma série de autonomias culturais aos povos antes colonizados da região. Tendo a multiculturalidade como fator do *novo homem*, dentro das pressuposições educacionais de Lunatcharski (Felício; Chaves; Moreira, 2022). Teria Arendt fechado os olhos para a práxis do internacionalismo proletário? É o que aparenta. Ao mesmo, teria a autora esquecido das bases do materialismo histórico e dialético? A falsa simetria dos dois extremos carece de bases históricas, se faz risível e entrega mais

uma camada do viés ideológico. Falseando o real e fortalecendo um centro democrático-liberal. Como bem aponta Losurdo (2003):

O defeito fundamental da categoria de totalitarismo é transformar uma descrição empírica, relativa a certas categorias determinadas, numa dedução lógica de caráter geral. Não há dificuldades em constatar as analogias entre URSS staliniana e Alemanha nazista; a partir delas, é possível construir uma categoria geral (totalitarismo) e sublinhar a presença nos dois países do fenômeno assim definido; mas transformar esta categoria na chave de explicação dos processos políticos verificados nos dois países é um salto assustador. Sua arbitrariedade deveria ser evidente, por duas razões fundamentais. Já vimos a primeira: de modo sub-reptício as analogias que subsistem entre URSS e Terceiro Reich quanto à ditadura do partido único são consideradas decisivas, ao passo que são ignoradas e removidas as analogias no plano da política eugênica e racial, que permitiriam instituir conexões bem diferentes. (LOSURDO, 2003, p. 76)

Dentro do período do labirinto conceitual do totalitarismo, podemos pensar o poder-total por uma outra linha, todavia, talvez não-*mau quista* por Arendt. Žižek (2013) em *Alguém disse totalitarismo?: Cinco intervenções no (mau) uso de uma noção* nos mostra que o autoritarismo, por muitas vezes, é confundido com o preceito do totalitarismo. No subcapítulo *O Holocausto foi um Mal diabólico? de Hitler Ironista?*, Žižek, em quatro níveis, propõe uma leitura alegórica do nazismo em face da hermenêutica medieval. O primeiro nível: *O ódio puro e primitivo* (inconsciente). Hitler odiava os judeus em suas entranhas, visceralmente, em um talvez “magma judaico”, e todas as suas práticas e preceitos “teóricos” eram espelhos desse ódio irracional. O segundo nível: *Hitler era um charlatão* (consciente). Hitler fingia um ódio pelos judeus apenas para atingir o poder, seu único e verdadeiro objetivo, visto que o antissemitismo era uma infeliz prática comum na Europa, tendo o primeiro *pogrom* – possivelmente – datado de 1821, em Odessa, na Ucrânia. O terceiro nível: *Os nazistas estavam “sinceramente” convencidos de que os judeus eram maus e um perigo para o mundo* (consciente). Mesmo que alguns dos carrascos nazistas sentissem vergonha pelos atos, encaravam que a sociedade alemã não era consciente do “perigo” que os judeus representavam para o futuro, sendo assim, a culpa pelo extermínio era minimizada. O

quarto ponto: *Hitler era um demoníaco “artista do mal”* (inconsciente). Hitler procurou a aniquilação dos judeus não *apesar* de seu caráter maligno (de volta ao nível dois), mas sim *por causa* do seu caráter maligno. Como visto, os conceitos de *totalitarismo* e *autoritarismo* se transpassam entre si, uma vez que Stoppino (2008) define o autoritarismo como: “uma situação na qual as decisões são tomadas de cima, sem a participação ou o consenso dos subordinados.”.

Tár, ao afirmar que o papel do maestro – no seu caso, da maestrina – se encontra fora do espaço democrático – ou seja, tanto nas relações de *totalitarismo* quanto de *autoritarismo* –, em certo ponto, nos lembra que em um *sistema-máquina* pessoas apenas performam e seguem ordens, assim como no retrato de *Eichmann em Jerusalém*, de Arendt. Sobre isso e pensando o cinema, Žižek aponta:

[...] A falsidade de *A lista de Schindler*, portanto, é a mesma falsidade dos que procuram uma pista dos horrores do nazismo nos “perfis psicológicos” de Hitler e outras figuras do nazismo. Aqui, Hannah Arendt tinha razão em sua problemática tese sobre a “banalidade do Mal”: se tomarmos Adolf Eichmann como um ente psicológico, uma pessoa, não encontraremos nada de monstruoso nele – ele não passava de um burocrata mediano; seu “perfil psicológico” não nos dá nenhuma pista dos horrores que ele executou. Não surpreende, portanto, que ninguém, nem mesmo os guardiões mais severos da chama do Mal Absoluto, tenha se ofendido com *A vida é bela*, a história de um judeu italiano que, em Auschwitz, adota uma estratégia desesperada para proteger o filho do trauma mostrando-lhe o que acontece como se fosse uma competição, na qual ele tem de seguir as regras (comer o mínimo possível etc.) – quem fizer mais pontos, no fim, verá a chegada de um tanque dos Estados Unidos. (ŽIŽEK, 2013, p. 55)

Pensar o totalitarismo no filme de Field é pensar a grandeza empregada na grafia maiúscula do título da obra. Além disso, pressupõe levantar metodologias quase militares que levaram a personagem de Cate Blanchett ao suprassumo da música erudita internacional. A *schadenfreude* diegética, relacionada aos fins da decadência do artista, que o filme desperta no público, por certo, é próxima de ver a queda de um tirano, usando muito bem da tonalidade cinzenta de Berlim.

Figura 3: Lydia trabalhando com a cidade ao fundo



Fonte: TÁR, Todd Field, 2022

CONCLUSÃO

Ao longo deste artigo, procuramos abordar como o filme TÁR (Field, 2022) aborda a complexidade da representação simbólica do poder e da autoridade através de sua linguagem audiovisual, a fim de debater temas “espinhosos” da contemporaneidade: o cancelamento, a aceitação de personas “não convencionais” em espaço de poder, a própria corrupção destas nesses meios – refutando a pecha do “identitarismo” representa uma superioridade moral. A obra de Field pouco se importa com o julgamento moral da personagem, principalmente ao levá-la ao limite. Entretanto, ao fazê-lo, demonstra uma urgência em mostrar uma personagem que é, antes de tudo, humana, e por isso, ambígua.

Para Bobbio (1985) o poder decorre da legitimidade. Onde dominadores e dominados estão cientes dos seus papéis. Em dado momento, Tár ao brincar com sua filha salienta que a posição de um maestro numa orquestra é única e de forma alguma é coletiva “Não é uma democracia”, diz a personagem. Para Tár, o poder é individual e requer esforço e sacrifício para exercê-lo – não por acaso, em dado momento a

personagem, mesmo após sofrer um acidente, rege a orquestra com a cara desfigurada. Apenas no fim do contrato social existente, diante daquela estrutura, com o “cancelamento” de Tár, que Lydia encontra sua redenção. O final, considerado por alguns jocoso, por outros satíricos, onde a personagem volta ao ofício de regente de uma orquestra de atividades ligadas ao jogo Monster Hunter, Todd Field, na verdade, apresenta uma redenção para a personagem. Ela se desfaz de uma estrutura nociva, e abraça aquilo que faz sentido para ela: fazer música. Por mais doloroso que seja.

Por mais esdrúxulo que seja, personalidades que cometem ilegalidades ou mal comportamento são dignas de redenção? Criminosos merecem ser ressocializados? As reflexões geradas pelo filme agregam ao debate nos estudos da “cultura do cancelamento” e da representação desta e das estruturas. Fica a impressão de que o personalismo em torno de quem representa tais estruturas se sobrepõe as próprias, mantendo vigente essa ordem nociva, à espera do próximo escândalo. A expectativa é que este trabalho possa agregar para aprimorar tais debates, tendo em mente que o cancelamento não deve apenar debates relevantes, tendo em conta as ambiguidades conjunturais ou próprias das pessoas e comunidades (Silva e Honda, 2020). Retomando a Bobbio (1997), as liberdades coletivas e individuais não podem se sobrepor a outros grupos ou indivíduos, sendo função do Estado regular tais atritos. Para França et Al (2021) as mídias sociais podem ser ferramentas relevantes para combater o ódio e o linchamento, promovendo um debate consciente e relevante, ainda que sobre temas considerados polêmicos ou mesmo denúncias. Tár, mais do que sobre poder, é sobre a necessidade de sua demolição.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS AUDIOVISUAIS

TÁR. Direção: Todd Field. Produção: Todd Field; Alexandra Milchan e Scott Lambert. Roteiro: Todd Field. ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA; ALEMANHA: Standard Film Company; EMJAG Productions, 2022. (158 min.), son., color. Disponível em: Telecine. Acesso em: 23 de abril de 2024.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AURTHUR, Kate. Who Is Lydia Tár? Cate Blanchett and Todd Field Lift the Curtain on Their Oscar-Season Masterpiece. **Variety**, 5, jan. de 2023. Disponível em: <https://variety.com/2023/awards/features/is-lydia-tar-real-cate-blanchett-todd-field-1235478402/>.

Acesso em: 27 de abr. de 2024.

ARENDDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. Ed. especial. São Paulo: Companhia de Bolso, 2013.

ARENDDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém: Um retrato sobre a banalidade do mal**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BRASILEIRO, Fellipe Sá; AZEVEDO, Jade Vilar de. Novas práticas de linchamento virtual: fachadas erradas e cancelamento de pessoas na cultura digital. **Revista latinoamericana de ciencias de la comunicación**, v. 19, n. 34, p. 80-91, 2020. Disponível em: <https://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/article/view/640>. Acesso em: 27 de abr. de 2024.

BOBBIO, Norberto; DE ALMEIDA, Rafael Salatini. BOBBIO E A DEMOCRACIA ITALIANA. **ORG & DEMO**, v. 15, n. 2.

CARROLL, Noël. **A filosofia do horror ou os Paradoxos do coração**. Campinas: Papyrus Editora, 1999.

CHAIA, Vera Lucia Michalany. Lideranças políticas: representações de atentados e assassinatos no cinema norte-americano. **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 10, n. 1, jan.- abril 2020, pp. 155-179.

Disponível em:

<https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/602>. Acesso em:

27 de abr. de 2024.

FELICIO, Paula; CHAVES, Marta; MOREIRA, Jani. Proposições de Anatoli Lunatcharski para a educação soviética: a defesa pela ciência e pela arte. **Germinal: marxismo e educação em debate**, Salvador, v. 14, n. 3, p. 462-473, dez., 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/48214>. Acesso em: 02 de maio de 2024.

FRANÇA, Maira Nani; GROSSI, Angela Maria; PACIOS, Ana R. Mídias sociais e bibliotecas na produção científica dos Estados Unidos. RDBCI: Revista Digital De Biblioteconomia E Ciência Da Informação, v. 19, p. e021004, 2021.

INOCÊNCIO, Luana. REBOUÇAS, Davi. Já que é pra tombar, TOMBEI!: cultura do cancelamento, o tribunal da internet e representação de marcas nos memes do “close errado” de Karol Conká no BBB 21. **Anais do VIII Seminário Internacional de Pesquisas em Mídia e Cotidiano: letramento e pensamento crítico em Comunicação, Informação e Educação**, Rio de Janeiro, p. 785-795, mai. 2021.

LOSURDO, Domenico. Para uma crítica da categoria de totalitarismo. **Crítica Marxista**, v. 17, p. 51 – 79, 2003. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/critica17-A-losurdo.pdf. Acesso em: 25 de abr. de 2024.

Mattos, M. C. . (2022). A CULTURA DO CANCELAMENTO E SEUS EFEITOS NA COMUNICAÇÃO PUBLICITÁRIA CONTEMPORÂNEA. In Revista | ISSN: 1980-6418, 13(1).

MENTA, Anna. Is Tár Based on a True Story? The “Real” Lydia Tar Is Film Twitter’s Favorite Joke. **Decider**, 27, jan. de 2023. Disponível em: <https://decider.com/2023/01/27/tar-movie-true-story-lydia-tar-composer/amp/>. Acesso em: 27 de abr. de 2024.

POGROMS. UNITED STATES MEMORIAL MUSEUM.
Disponível em: <https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/pogroms#:~:text=Pogrom%20é%20uma%20palavra%20russa,russo%20como%20em%20outros%20países>. Acesso em: 27 de abr. de 2024.

STOPPINO, Mario. Autoridade. *In*: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008, p. 88 – 94.

ŽIŽEK, Slavoj. **Alguém disse totalitarismo?: Cinco intervenções no (mau) uso de uma noção**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.